

Acórdão do dissídio coletivo é publicado em Diário Oficial

Tribunal garante que as empresas apliquem imediatamente o reajuste de 7,5% e os outros benefícios conquistados na Campanha Salarial

Página 3



PLR agora é um direito de toda categoria de TI

Participação nos Lucros e Resultados é um benefício para trabalhadores e também para os empresários Páginas 4 e 5



Sindicatos de TI
na luta contra
precarização dos
direitos trabalhistas

Página 6

➔ Deficientes visuais terão
capacitação profissional por meio
de parceria do Sindpd

Página 6

Siga o Sindpd
no Twitter e
concorra a
prêmios

Página 8

➔ Diretores do Sindpd
esclarecem dúvidas sobre o dissídio
na porta das empresas

Página 6

Os trabalhadores de TI saem fortalecidos da negociação deste ano

A publicação do acórdão do dissídio coletivo de nossa categoria é a conclusão de um ciclo vitorioso de luta dos profissionais de TI por melhores condições de trabalho e por uma participação no lucro que ajudamos a conquistar. A maioria das empresas já está cumprindo a decisão judicial e logo poderemos nos concentrar em novos desafios e conquistas. Sabemos que a batalha não termina agora, precisamos estar sempre atentos e preparados para lutarmos pelos nossos direitos e para sermos valorizados. A maioria das empresas já está cumprindo a decisão judicial e logo poderemos nos concentrar em novos desafios e conquistas.

A trajetória que nos trouxe aqui começou no ano passado com o lançamento da campanha salarial no clube Juventos. No evento, que reuniu mais de 6 mil pessoas, traçamos nossos objetivos, queríamos aumento real de salários, PLR e Vale Refeição. O que nos causou desalento foi a conduta inflexível do sindicato patronal. Diante de um mercado aquecido e com as empresas do setor crescendo em média 15%, ofereceram aos trabalhadores apenas a reposição da inflação e recusaram a aplicação de qualquer tipo de benefício.

Fomos à luta, saímos às ruas, mostramos que juntos somos mais fortes. As mobilizações e a indignação com a postura do sindicato patronal nos levaram à assembleia onde a categoria decidiu declarar greve.

O Ministério Público do Trabalho ainda interveio e ofereceu uma proposta para tentar solucionar a questão. Mesmo estando um pouco abaixo de nossas reivindicações, mostramos que queríamos negociar e concordamos com a oferta, no entanto o sindicato patronal recusou. Após dois dias de paralisações, o Tribunal Regional do Trabalho convocou os sindicatos para uma audiência e também apresentou uma proposta para acabar com o desentendimento e a greve. Mais uma vez aceitamos a sugestão da Justiça e o sindicato patronal demonstrando muita intransigência recusou. Sabíamos que nossas reivindicações eram justas e a sentença do Tribunal confirmou que estávamos certos. Além disso, saímos fortalecidos da negociação por que mostramos que estamos unidos e merecemos respeito. Da próxima vez que sentarmos à mesa para negociar eles prestarão mais atenção em nossas propostas.

Antonio Neto



Presidente do Sindpd e da CGTB

Comentários dos associados

SOLIDARIEDADE

Tenho certeza que a felicidade é maior que qualquer outro motivo em saber que podemos ajudar nossos semelhantes e deficientes. Eles precisam e nós podemos ajudá-los. Isso realmente nos dá um prazer fora do normal. Tenha certeza que este sentimento não é só meu, mas também dos meus amigos e familiares.

Emílio Adolpho Corrêa Meyer Filho, por e-mail

TECNOLOGIA

O Brasil dá um importante passo na luta contra a dependência tecnológica. Finalmente passaremos a produzir mercadorias high-tech, as quais possuem maior valor agregado. O positivo nisso é que o governo será obrigado a aumentar a oferta de ensino tecnológico e as empresas aumentaram a oferta de empregos. Acredito que esse processo possa reduzir em pelo menos 5% o número de miseráveis no Brasil. Agora o povo brasileiro deve fiscalizar esse processo para que haja bom proveito.

Rodrigo Kelly Silva de Mattos, por e-mail

VALORIZAÇÃO

A luta por melhores condições de trabalho, remuneração e outros direitos, além de ser para a categoria uma representatividade mais forte e coesa, é acima de tudo um direito e muito democrático diga-se de passagem. Ficamos felizes por ter o sindicato representando a categoria e dando força pela valorização profissional.

Alexandre, por e-mail

UNIÃO

Precisamos nos organizar de maneira mais eficiente, priorizando os relacionamentos entre sindicatos e associações construindo uma conexão forte. Vamos juntar as mãos, utilizando a nossa força, pois é dessa união que ela virá.

Carlos, por e-mail

ATENDIMENTO

Os funcionários do Sindpd tomam totalmente o partido do trabalhador e defendem você para que tudo esteja no caminho correto, fazendo com que os valores pendentes sejam pagos. Um erro no valor da minha rescisão foi encontrado e após a intervenção do sindicato, a empresa me fará o pagamento posteriormente.

Nobuyuki Tateoka, por e-mail

ESCLARECIMENTOS

Muito boa essa ação do Sindpd ir na porta das empresas divulgar o resultado do dissídio. Muitos colegas de trabalho não sabiam de todas as conquistas e como seriam aplicadas. Isso mostra que podemos contar sempre com o sindicato, que além de lutar pelos nossos direitos faz questão de esclarecer para todos os profissionais as conquistas realizadas.

Célia Gurgel, por e-mail

DISSÍDIO

O resultado do dissídio coletivo da categoria de TI foi uma vitória para os trabalhadores. Nossa categoria se mostra fortalecida e unida por melhorias na qualidade de trabalho. Precisamos sempre lutar pelos nossos direitos.

Ronaldo Siqueira, por e-mail

Seu comentário pode estar aqui. Entre no site do Sindpd, leia as notícias e participe. www.sindpd.org.br



sindpd

CGTB



Av. Angélica, 35 – Santa Cecília – São Paulo, SP.
CEP: 01227-000 | Fone: (11) 3823 5600

Sindpd: • **Diretor-presidente:** Antonio Neto – MTb 42.192/SP • **Secretário de Comunicação e Imprensa:** Paulo Roberto de Oliveira - **Sindpd O Jornal: Publicação mensal - Tiragem: 50.000 exemplares** • **Jornalista Responsável:** Alessandro Rodrigues – MTb 37.604/SP • **Editores:** Allan Costa – MTb 7954/DF e Arthur Quezada • **Assessoria de Imprensa:** Claudio Ahrens – MTb 59.654/SP – claudio.imprensa@sindpd.org.br • **Projeto Gráfico e Diagramação:** Michele Bianchi • **Revisão:** Ana Domingues • **Fotos:** Michele Mifano • **Edição e Produção Gráfica:** In Time Comunicação – Tel.: (11) 2673-0670 – www.intimecom.com.br

Endereços:

• **Araçatuba** – Rua Bandeirantes, 875 - Centro - Tel/Fax: (18) 3622-1326 / 3608-2383 • **Araraquara** – Rua Japão, 289 - Jd. Primavera - Tel/Fax: (16) 3331-1454 • **Bauru** – Rua Guilherme de Almeida, 2-38 - Vila Universitária - Tel/Fax: (14) 3234-4965 • **Campinas** – Av. Francisco Glicério, 1717, cj. 71/72 - Centro - Tel: (19) 3237-1030 - Fax (19) 3233-1112 • **Jundiaí** – Av. Jundiaí, 555 – Anhangabaú - Tel: (11) 4497-0423/ 4497-0815 • **Presidente Prudente** – Rua Marechal Cândido Rondon, 629 - Jd. Bongiovani - Tel: (18) 3908-3555 / 3908-8544 - Fax: (18) 3908-8549 • **Ribeirão Preto** – Rua Cândido Portinari, 75 - Tel/Fax: (16) 3610-6156 • **Santos** – Rua Ana Costa, 79 – cj. 82 - Vila Mathias - Tel/Fax: (13) 3235-3707 / 3223-7105 / 3223-7202 • **São José dos Campos** – Rua Major Vaz, 274 - Vila Adyanna - Tel: (12) 3942-9705 - Fax: (12) 3921-6428 • **São José do Rio Preto** – Rua Silva Jardim, 2.378 - Boa Vista - Tel: (17) 3234-2597 - Fax: (17) 3222-4515 • **Sorocaba** – Rua Newton Prado, 200 - Vila Santa Maria - Tel: (15) 3231-4592 - Fax: (15) 3212-4241

Cartas para a redação: journalsindpd@sindpd.org.br

Tribunal Regional do Trabalho publica acórdão do dissídio coletivo

Publicação do acórdão reforça a necessidade das empresas aplicarem de imediato a determinação da sentença da Justiça

As empresas de TI do estado de São Paulo e interior terão de cumprir imediatamente todas as cláusulas da sentença do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), uma vez que o acórdão do dissídio coletivo da categoria foi publicado no último dia 29 de junho em Diário Oficial. Caso alguma empresa desrespeite as determinações do TRT, o trabalhador deve entrar em contato com o sindicato e denunciar a irregularidade, para que a Justiça seja acionada. O acórdão pode ser baixado na íntegra no site do Sindpd.

A publicação do acórdão reitera a decisão do TRT em conceder aos profissionais de TI aumento salarial de 7,5% para toda a categoria, a obrigatoriedade de criar um plano de Participação em Lucros e Resultados (PLR), o reajuste dos pisos de digitador, office boy, administrativo, técnico em Informática e help desk, a estabilidade de 90 dias (contados desde 25 de maio), o pagamento de vale refeição (R\$ 10 para jornada de 8 horas e de R\$ 8 para 6 horas - 22 unidades ao mês em ambos os casos), o aumento de horas extras, benefício para trabalhadores com filhos excepcionais e não descontar os dias parados durante a greve, sendo todos os itens retroativos a 1º de janeiro.

“Desde o início da campanha salarial tínhamos muito claro nossos objetivos.



DE ACORDO COM A LEI Nº 7.701, A SENTENÇA DEVE SER CUMPRIDA A PARTIR DO VIGÉSIMO DIA SEGUINTE AO DO JULGAMENTO COM BASE NO ACÓRDÃO OU NA CERTIDÃO DE JULGAMENTO.

Fomos a luta para conquistar aumento real de salários, Participação nos Lucros e Resultados e Vale Refeição. É uma grande conquista para a categoria e uma demonstração de que estamos mobilizados e unidos

Fomos à luta para conquistar aumento real de salários, Participação nos Lucros e Resultados e vale refeição. Apesar dos valores estarem um pouco abaixo do que queríamos, a sentença do TRT contemplou tudo o que reivindicamos. É uma grande conquista para a categoria e uma demonstração de que estamos mobilizados e unidos”, afirma Antonio Neto, presidente do Sindpd. Com relação à PLR, ficou definido que as empresas terão o prazo de 60 dias para a implantação da medida. No caso das horas extras haverá o adicional de

75% nos dias úteis para as primeiras duas horas trabalhadas após a jornada normal. Caso seja ultrapassado esse tempo, o adicional será de 100%. Nos finais de semana ou feriados a remuneração também será de 100%.

O TRT julgou ainda não abusiva a greve da categoria, solicitando assim o pagamento dos dias parados e a estabilidade de 90 dias no trabalho contados a partir da data do julgamento (25 de maio). O acórdão também reafirma a aplicação dos pisos para digitador (R\$ 894,00 - 9% de aumento), office boy (R\$ 600,00

- 11%), administrativo (R\$ 709,00 - 9%), técnico em informática (R\$ 992,00 - 9%) e help desk (R\$ 992,00 - 9%).

Apesar do resultado satisfatório existem algumas incoerências no acórdão que não ficaram claras para o sindicato e algumas alterações em relação ao que foi discutido na audiência, como a questão das horas extras que deveriam ser de 100% em dias úteis e não 75%. O departamento jurídico do Sindpd está atento e caso encontre divergências pode entrar com embargos na Justiça. Nada que atrapalhe a implementação do que já foi acordado. ■



PLR: uma conquista para a categoria de TI, um benefício lucrativo para todos!

Após batalha do Sindpd, categoria conquista a obrigatoriedade da PLR e implantação do programa nas empresas de TI em até 60 dias

A sentença do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) obriga que todas as empresas do setor de TI do estado de São Paulo passem a criar um plano de Participação em Lucros e Resultados (PLR). Para esclarecer a categoria, o jornal Sindpd prepara uma matéria especial sobre as vantagens da PLR, tanto para as empresas quanto para os trabalhadores.

Quando bem implantada, a Participação em Lucros e Resultados pode se tornar uma ferramenta eficaz para aumentar a produtividade das empresas e a motivação dos trabalhadores. Para os trabalhadores o fator que merece destaque, além da bonificação em si, é a possibilidade de ter acesso aos lucros que ajudaram a obter.

No caso dos empresários, o maior atrativo é a possibilidade de incentivar os funcionários com um benefício isento de encargos sociais.

Um dos primeiros quesitos importantes na aplicação da PLR é que ela não pode ser confundida com salário. Para que isso seja evitado, o pagamento do benefício deve ser realizado em, no máximo, duas parcelas ao ano. Como as metas e lucros de cada empresa são diferentes, cada companhia deve criar um plano adequado a sua realidade. Para garantir transparência, a lei prevê a formação de uma comissão - composta por empregados, membros escolhidos pela empresa (empregados ou não) e por representantes do sindicato - que deve negociar os objetivos a serem atingidos e as gratificações caso isso ocorra.

Uma vez eleitos, os membros da comissão tem estabilidade no emprego assegurada por 180 dias, para que possam realizar uma negociação livre de pressões por parte da empresa. Índices de produtividade, qualidade e lucro estão entre os parâmetros que podem ser avaliados para remunerar a atuação dos trabalhadores. O sindicato deve acompanhar e auxiliar todo o procedimento, além de arquivar o acordo.

Com o resultado do dissídio da categoria



de TI, o prazo para a implementação da PLR é de 60 dias após a publicação do acórdão pelo TRT. Passado este período, caso a companhia não aplique a PLR, o trabalhador deve entrar em contato com o sindicato e fazer denúncia - a multa para

empresa irregular é de mil reais por dia. No Brasil, a Participação nos Lucros e Resultados começou a ser discutida em 1919, entretanto ela só se tornou um princípio constitucional em 1946. Em dezembro de 1994, o bene-

fício foi regulamentado na forma de Medida Provisória e, em 2000, finalmente convertido em Lei. Os primeiros acordos de PLR, de repercussão nacional, foram firmados pela indústria automobilística. ■

Para a Benefício

Algumas vantagens da PLR para trabalhadores e empresários:

- ✓ Melhorar a distribuição de renda dos trabalhadores;
- ✓ Aumentar a participação dos trabalhadores nas mudanças do processo produtivo;
- ✓ Remunerar melhor quem tem desempenho superior;
- ✓ Reconhecimento pela contribuição à empresa;
- ✓ Aumento do interesse pelos negócios da empresa;
- ✓ Aumentar a produtividade e qualidade dos serviços;
- ✓ Comprometimento com metas e resultados;
- ✓ A PLR é dedutível do imposto de renda da empresa;
- ✓ Não há incidência de encargos trabalhistas e previdenciários;
- ✓ Substituir custos fixos por custos variáveis.

Fiscalizar e informar

Está previsto em lei que as empresas, ao implantarem um plano de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), precisam eleger uma comissão de funcionários, anualmente, para fiscalizar as metas, as estratégias e o desenvolvimento da companhia. Geralmente esta comissão é eleita pelos trabalhadores da empresa - com supervisão do sindicato e da área de recursos humanos da companhia.

O intuito é estreitar a relação dos trabalhadores com o crescimento da companhia. Os membros da comissão precisam ter um bom relacionamento com os funcionários e acima de tudo precisam estar à disposição para sanar dúvidas e dar explicações sobre a estratégia de PLR adotada na empresa. A comissão não tem número de pessoas pré-estipulado, isto varia conforme a dimensão da empresa. ■



Bom para o trabalhador

O trabalhador é sem dúvida o maior beneficiado com a implantação de PLR nas empresas. Motivação, empenho, melhora financeira e recompensa pelo trabalho, são fatores que estão presentes no cotidiano do funcionário que participa de um programa bem feito de Participação nos Lucros e Resultados.

Audran Pinto de Magalhães Junior trabalha como analista de outsourcing e recebe PLR há 3 anos. Ele ressalta que o benefício ajuda a compor o orçamento e que melhora o desempenho dele como trabalhador. “É claro que me sinto motivado com a PLR. Esse incentivo me faz crescer dentro da empresa. O cotidiano de uma companhia é muito desgastante e você precisa de estímulos para sempre querer melhorar dentro do emprego”, analisa. Além disso, Magalhães acredita que o seu relacionamento com a empresa melhorou muito após a implantação da PLR. “Todos se sentem parte de uma equipe e assim fica mais fácil trabalhar. Até mesmo o relacionamento com o chefe fica melhor, porque todos demonstram mais interesse em fortalecer a empresa”, explica.



Para Magalhães apenas um fator, que envolve PLR, tem que ser analisado com cuidado pelos trabalhadores. Segundo ele, o funcionário não pode contar com esse valor como parte de um orçamento fixo anual e sim como uma bonificação inesperada, porque dependendo do desempenho da empresa o valor da PLR pode ser abaixo do esperado, prejudicando assim o bolso do trabalhador. “Eu tenho um orçamento e a PLR o complementa, porém como a cada ano o valor é diferente não realizo planos antes de colocar a mão no dinheiro”, enfatiza. ■

Bom para a empresa

A PLR não é apenas um benefício para o trabalhador, as empresas também saem ganhando com um planejamento acompanhado de um programa de PLR. Fatores como motivação dos funcionários e isenções fiscais acabam favorecendo ambas as partes. Porém, muitos empresários só começam agora a perceber o quanto pode ser lucrativo para a companhia quebrar esse preconceito e aplicar o programa.

Foi o caso de Gilson Chbane Bosso, presidente do Grupo Consulters. Antes da vitória do Sindpd na Justiça, que tornou obrigatória a PLR para a categoria de TI, Chbane jamais havia pensado em implantar o sistema dentro de sua empresa. “Nunca pensei em PLR. A empresa tem 18 anos e nunca pensei nisso. Na verdade, se soubesse das vantagens para a empresa e para o trabalhador já teria implantado antes”, afirma Chbane.

O Grupo Consulters conta hoje com 420 funcionários e 49 clientes (Porto Seguro, Grupo Amil, Fleury, dentre outras). No início de junho, o Sindpd esteve presente na empresa para uma assembleia com os funcionários, para ratificar o plano. Para Chbane, as melhorias no ambiente de trabalho começaram imediatamente após a reunião. “A motivação do pessoal melhorou muito, a energia positiva das pessoas foi um grande avanço para nós. Os funcionários passam a produzir mais e se importam com o crescimento da empresa”, comemora.



Fora isso, o plano também apresenta outro benefício. Na lógica, empresas que prestam suporte de atendimento para clientes, como é o caso do Grupo Consulters, tem um número muito alto de demissões mensais e rotatividade de funcionários. Segundo Chbane só o custo de rescisão mensal de 20 pessoas gira em média no valor de R\$20 mil, se a empresa apresenta vantagens que aproximem o trabalhador da companhia, com é o caso da PLR, a rotatividade diminui e conseqüentemente o prejuízo da empresa é menor. “Só com este fator, se imaginarmos a economia anual que faremos, já pagamos a PLR para os funcionários”. ■

Sindpd e Cadevi firmam parceria para qualificar deficientes visuais

O Sindpd e o Centro de Apoio ao Deficiente Visual (Cadevi) firmaram uma parceria para possibilitar a capacitação profissional dos deficientes visuais por meio de ações conjuntas das duas entidades. Com a iniciativa serão disponibilizados cursos para que os deficientes se preparem para o mercado de trabalho, em especial, para o setor da Tecnologia da Informação (TI). Os interessados em aderir ao programa

terão treinamento em softwares com acessibilidade para deficientes visuais como Microsoft Word, Dosvox, Visual Vision, sistema operacional Windows, além de ferramentas da Internet. O serviço já está disponível e os interessados devem entrar em contato com o sindicato ou com o Cadevi. “A inclusão social de deficientes é um dever da sociedade. É muito gratificante poder contribuir com nossa estrutura para auxiliar as pessoas a exercerem seu papel de cidadão”, afir-

ma Antonio Neto, presidente do Sindpd.

Além disso, a parceria também adequará o portal do Sindpd para o acesso dos deficientes visuais. Ainda estão programadas campanhas e palestras para a inclusão social de deficientes. A vigência do convênio é até novembro de 2012. “Os deficientes visuais terão a oportunidade de se qualificarem para conseguir entrar no mercado de trabalho”,



Neto e João Antônio em reunião com membros do Cadevi

destaca o diretor-presidente do Cadevi, Marcos Bernardo Rodrigues. “Essa parceria é interessante porque possibilita que as companhias contem com um profissional com deficiência visual qualificado para o trabalho”, destaca o conselheiro deliberativo do Cadevi, Lothan Bazanella. ■

Diretores visitam empresas em todo estado para divulgar conquistas no TRT

Em busca de manter os trabalhadores informados sobre as atividades desempenhadas pelo sindicato, os diretores do Sindpd fizeram uma série de visitas nas empresas de TI de São Paulo/SP e do interior do estado para distribuir o Jornal do Sindpd e também um folder com benefícios e conquistas da categoria. Além disso, os dirigentes ficaram disponíveis para esclarecer dúvidas dos trabalhadores com relação ao resultado do dissídio.

O material distribuído contém os principais itens da sentença do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), como o aumento linear de 7,5%; Participação em Lucros e Resultados (PLR); vale refeição, aumento nas horas extras, estabilidade no emprego de 90 dias e a vigência das conquistas, que serão retroativas a janeiro de 2011. Também foi distribuído um folder explicativo com a trajetória do Sindpd e os benefícios que o trabalhador encontra ao se tornar

associado. “É muito importante a presença do sindicato junto à categoria de TI. Nós precisamos informar aos trabalhadores que o sindicato esta lutando pelos seus direitos” destaca o diretor Élcio Carlos Borba.

Dentre as empresas que receberam a visita dos dirigentes estão CPM Braxis, Everis, Prodesp, Tecban, ACS, Softtek, Engebras, Spread e Cetip.

Interior

As regionais do Sindpd no interior do estado de São Paulo também realizam a entrega do material de divulgação das conquistas obtidas no TRT. Em Sorocaba, os diretores do Sindpd iniciaram a distribuição da publicação nas empresas Soft, Grupo Mega, Fidelity, IP Sorocaba, GFT, Flextronics, DGA, Augusto e Filhos, Fidelity (ITU), Agiw e Informatex. Na regional de Campinas, as empresas Ícaro, IMA

(Procon/Cepat) e Prodesp receberam visita do sindicato. Em Araraquara a divulgação foi na porta da HP/EDS.

Os diretores da regional de Santos fizeram a distribuição do material nas companhias BS de Melo Processamento, Digma, Ramos & Miller, Hitec Informática, MBM System, Multiprocessing, E-Mídia, Tecnomar e W-Soma. Na regional do sindicato em Jundiaí, os dirigentes distribuíram material informativo para os trabalhadores da Fidelity. ■



Diretores distribuem material informativo no interior

Trabalhadores de TI terão intercâmbio internacional

Uma parceria entre o Sindpd e a Quebec Internacional - entidade vinculada ao governo do Canadá - irá possibilitar o intercâmbio de trabalhadores de TI e aprimorar a formação de profissionais do setor. O presidente do sindicato, Antonio Neto, vem articulando a parceria e tem dialogado com representantes do governo canadense e com empresários da região de Quebec para descrever as ações do Sindpd e também as características do profissional de TI brasileiro. Em outubro, uma comitiva do Canadá virá ao Brasil para iniciar os processos de seleção.

A iniciativa irá incentivar o trabalho temporário no exterior, estimulará a troca de conhecimento tecnológico e a interação cultural. “A prioridade é formar multiplicadores de conhecimento, pessoas que assimilem a experiência e possam compartilhá-la em larga escala”, analisa Neto. ■

Um impasse chamado Consist

Quatro audiências no Ministério Público do Trabalho (MPT), três delas com a participação do Sindpd e nenhum acordo fechado. Esta é a atual situação do impasse envolvendo a Consist e os 450 trabalhadores demitidos em janeiro deste ano para serem incorporados na recém-criada Dibute Tecnologia e Software e que até o momento não receberam seus direitos trabalhistas. Na última audiência feita no MPT com o procurador do trabalho do MPT, Ronaldo Lima dos Santos, a empresa admitiu pagar as pendências, mas nenhum acordo foi assinado ainda.

“O sindicato está atento a todos os acontecimentos. Se realmente a Consist se dispuser

a cumprir suas obrigações o trabalhador vai sair vitorioso. De qualquer outra forma, os funcionários estariam sendo lesados”, explica o vice-presidente do Sindpd, João Antonio. Na última reunião com o MPT uma proposta foi ratificada em Ata, prevendo o pagamento da multa de 50% do FGTS e o pagamento de multa do artigo 477 da CLT (atraso no pagamento nos encargos trabalhistas – que não podem ser contestados), além do aviso prévio que não foi pago aos funcionários agora demitidos. Os representantes da Consist já admitem ceder, porém ainda não consolidaram o acordo apresentado nas audiências. O sindicato acompanha o caso e outra audiência será convocada em breve pelo MPT. ■

Diretores do Sindpd de Ribeirão Preto são delegados em Conferência Municipal de Saúde

Os diretores da regional do Sindpd em Ribeirão Preto, Walter Pereira Ponce, José Roberto de Sousa e Carlos do Carmo Silva, foram eleitos delegados na 8ª Conferência Municipal de Saúde de Ribeirão Preto. O tema em debate foi “Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro. Acesso e Acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS”.

Durante a conferência foram apresentadas cerca de 200 sugestões, visando a melhoria do atendimento ao SUS, tanto na capacitação de seus atendentes quanto na melhoria de ofertas de serviço aos usuários.

A plenária aprovou aproximadamente 140 sugestões e 10 moções que serão levadas a aprovação nas próximas conferências. Os diretores Walter Ponce e Carlos do Carmo foram eleitos delegados para representar Ribeirão Preto na Conferência Regional, que será realizada dia 22 de julho, preparatória para a Conferência Estadual. Segundo o diretor da regional de Ribeirão Preto, Carlos do Carmo Silva, a conferência é importante para nortear a política de saúde do município. “Estamos nos preparando para defender as melhores propostas, que venham beneficiar e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e da população que dependem do SUS”, destaca. ■

Sindicatos de TI na luta contra precarização dos direitos trabalhistas

Em busca de combater a pejetização nas empresas e demais sistemas ilegais de contratação, os sindicatos de TI dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Alagoas, filiados à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Tecnologia da Informação (Feittinf), se reuniram para traçar metas de como acabar com a precarização dos direitos trabalhistas dos profissionais de TI e comunicação, ampliação dos direitos, valorização profissional e regulamentação da profissão. Este foi o primeiro grande encontro da direção geral da entidade, que congrega

o Sindpd/SP, Settaspec, Sitepd, Sintipar, Sintinorp, Sindpd/AL e Sindesp. “A unidade destes sindicatos fortalecerá ainda mais a luta dos trabalhadores de TI com o objetivo de novas conquistas trabalhistas para o Brasil inteiro, impedindo a ação predatória das empresas” destaca o presidente do Sindpd/SP e da Feittinf, Antonio Neto. Durante o encontro, os dirigentes traçaram metas de como a federação pode atuar para dar sustentação para os sindicatos, dar elementos e apoiar os trabalhadores para que cada vez mais os sindicatos se fortaleçam e assegurem em suas regiões as melhores condições para os trabalhadores. ■

Levantamento de informalidade



Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom)

“A Feittinf tem o papel de dar sustentação aos sindicatos e apoio aos trabalhadores. Precisamos de melhores pisos salariais, benefícios, jornadas menores e qualificação”.

Antonio Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (Sindpd) e da Feittinf

“Com a criação da Feittinf, iremos dar suporte aos sindicatos filiados conforme as suas necessidades e com isso fortalecer ainda mais nossa luta”.

Abner Teixeira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática do Estado de São Paulo (Sindiesp) e tesoureiro da Federação

Centrais Sindicais refutam proposta do governo como opção ao fator previdenciário

Em reunião no Ministério da Previdência Social, o governo federal e as centrais sindicais debateram alternativas para o fator previdenciário e também medidas de desoneração da folha de pagamento dos trabalhadores. Na reunião esteve presente o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e do Sindpd, Antonio Neto, além de representantes das outras 5 centrais, assim como o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, e ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. A administração federal e os dirigentes sindicais consideram o fator previdenciário prejudicial aos aposentados. Durante a reunião, o governo

federal analisou formas de acabar com o mecanismo sem colocar em risco a receita da previdência e apresentou a proposta da substituição do fator previdenciário pelo fator 85/95*. As centrais já haviam rejeitado anteriormente o fator 85/95 e mais uma vez o refutaram, solicitando outras opções ao governo.

Para Antonio Neto a manutenção do fator previdenciário traz grandes prejuízos para

os trabalhadores. “Queremos o fim desta distorção que penaliza quem mais precisa. O dinheiro existe, a previdência tem fechado ano após ano com superávit. O Brasil tem que tratar com mais carinho e consideração os trabalhadores que ajudaram a construir esse país”, afirma.

Como não houve acordo entre ambas as partes, ficou acertado que será agendado um próximo encontro logo que o

governo construa uma proposta concreta para acabar com o fator. “Optou-se, principalmente por parte das centrais, de se aguardar uma proposta do governo para que então tivéssemos uma discussão em termos mais definitivos”, destaca o ministro Garibaldi Alves após a reunião. ■



Reunião das Centrais Sindicais com o Governo Federal em Brasília

* **Fator 85/95:** aposentadoria integral para trabalhadores em que o resultado da soma da idade com o tempo de contribuição seja igual a 95, no caso de homens, e 85, no caso de mulheres.

VI Congresso CGTB acontece em julho

A Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) realizará nos dias 07, 08 e 09 de julho no Moinho Santo Antônio, na Rua Borges Figueiredo 510, Mooca, São Paulo, o VI Congresso CGTB. O evento terá como finalidade, além da eleição da Executiva Nacional e da Direção Nacional, a discussão e aprovação das teses apresentadas pela Executiva Nacional da CGTB.

O Congresso será realizado em forma de Plenárias Temáticas onde serão discutidos os temas: Projeto Nacional de Desenvolvimento; Democratização do Estado; Seguridade Social e Saúde do Trabalhador; Condições de Trabalho e Educação; Internacional e Organização Sindical. O objetivo é debater com os delegados, autoridades e especialistas

e sugerir complementos e destaques às teses.

As Plenárias Estaduais aconteceram nos estados do Espírito Santo, Alagoas, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso, Paraná, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Pará, Ceará, São Paulo e Minas Gerais. ■

“A Feittinf terá uma importante função que é a de unificar a categoria de TI, trazendo maiores benefícios para o segmento”.

Dirceu Carneiro, diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Tecnologia da Informação (Feittinf)

“Traçamos metas concretas, estamos unidos e sabemos o que queremos. A federação lutará pela valorização da categoria como um todo”.

Wanderson Alves, presidente do Sindicato dos Empregados Técnicos que Trabalham como Analistas de Sistemas, Programadores e Operadores da área de Computação (Settaspec)

“Com a Feittinf iremos ter uma melhoria na estrutura das entidades sindicais, tanto em qualificação, quanto na relação com Poder Público”.

José de Fátima Santos, diretor-presidente do Sindicato de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana (Sitepd)

Siga o Sindpd no Twitter e concorra a prêmios

O Sindpd disponibiliza aos seus associados a promoção Show de Sorteios. Para participar é simples, basta seguir o Twitter @sindpd e enviar a mensagem #viajecomsindpd acompanhada do número de sua matrícula. Os seguidores concorrerão a sorteios para passar um final de semana com hospedagem gratuita em um dos

destinos de férias do sindicato. O objetivo da promoção é aumentar o número de seguidores do Twitter para proporcionar aos associados maior acesso às ações do sindicato e ao que acontece no setor de TI. Com transparência e agilidade, o Sindpd inova e busca novas ferramentas para informar a categoria. ■

Chuva de gols e promessa de muito mais

A 19ª edição do Campeonato de Futsal do Sindpd está pegando fogo. Partidas memoráveis, goleadas inacreditáveis e emoção a cada jogo vão fazendo parte da história desta edição do torneio – que reúne grandes empresas da categoria de TI. A primeira fase se encerrou no último dia 18 de junho, quando 20 equipes garantiram classificação para a segunda fase e seguem firme rumo ao título.



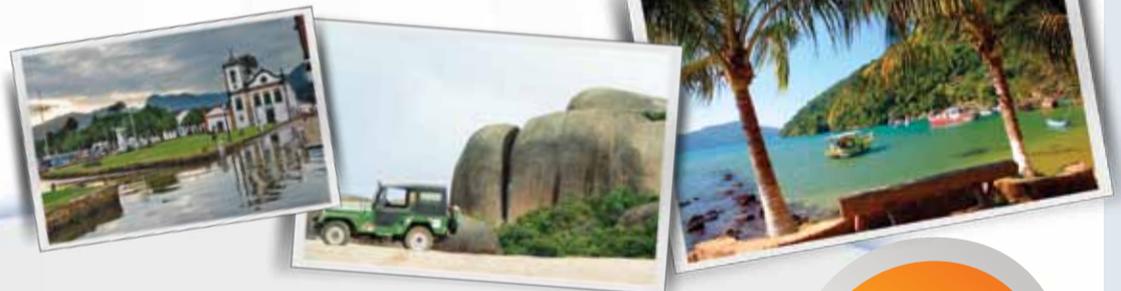
Por conta do período de férias, a segunda fase do campeonato começa dia 06 de agosto. ■

SHOW de SORTEIOS

PARA ASSOCIADOS
sindpd

Finais de Semana Grátis para maravilhosos destinos de Férias*

Acompanhe o Twitter do Sindpd. Siga-nos @sindpd e envie #viajecomsindpd, com o número de matrícula de associado, para concorrer a finais de semana em um dos nossos Destinos de Férias.



Ganhe um Computador**

Atualize no site do Sindpd os seus dados cadastrais de associado e concorra a computadores de última geração.

Os sorteios ocorrerão nos meses de julho, agosto e setembro. *Os associados contemplados precisam marcar com 20 dias de antecedência seu final de semana, sendo que o Sindpd indicará os destinos disponíveis para a escolha dos sorteados. Os sorteados tem direito a levar acompanhantes conforme as acomodações de cada destino, sendo respectivamente: Ilha Flat (4 pessoas), Paúba (4), Ubatuba (6), Praia Grande (5), Massaguaçu (6), Portinho (4). Consulte site do sindpd para fotos e acomodações. Os associados que enviarem no twitter do Sindpd #viajecomsindpd até o dia 10 do mês participarão do sorteio que será realizado sempre no dia 13, se o associado enviar após o dia 10 irá concorrer ao sorteio apenas no mês seguinte. **Imagem meramente ilustrativa. A marca e o modelo do computador serão conforme critério do Sindpd. Apenas participará do sorteio os associados que efetuarem a atualização completa do seu cadastro até 30/08/11.